



O POSTAL

BOLETIM INFORMATIVO DA CÉLULA DO PCP NOS CORREIOS - LISBOA

2019
Dezembro

O PCP PROPÕE A RECUPERAÇÃO DO CONTROLO PÚBLICO DOS CTT

PROJECTO DE LEI APRESENTADO PELO PCP, QUE VISA A RENACIONALIZAÇÃO DOS CTT, É DISCUTIDO NO DIA 19 DE DEZEMBRO NA ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA.

O PCP, nesta nova legislatura, continua a exigir, o controlo e gestão do Serviço Postal Universal por parte do Estado, através da reversão da privatização dos CTT – Correios de Portugal, sendo esta matéria um imperativo nacional, de soberania, coesão territorial e justiça social, bem como, a salvaguarda de direitos dos cidadãos e dos trabalhadores CTT e dos seus postos de trabalho.

O PCP alertou antes e a realidade comprova, que a criminosa privatização dos CTT está a contribuir para um cada vez maior isolamento das populações no território nacional. A administração dos CTT tem como propósito a diminuição da qualidade dos serviços e colocar em causa a prestação do serviço público e universal de correio em prol dos interesses dos accionistas e dos grandes grupos económicos.

O PCP afirma com a sua luta pela renacionalização dos CTT o apoio aos trabalhadores, no seu combate contra os ataques aos seus direitos no trabalho e contra a tentativa clara e intencional por parte da Administração dos CTT, em desvalorizar os seus salários e em desregular os seus horários de trabalho.

Assim, o PCP apoia a luta dos trabalhadores dos CTT contra a vergonhosa insistência nos despedimentos encapotados, quando existe a necessidade de contratar mais trabalhadores com formação e com vínculos de trabalho efectivo.

Isto, para dar mais condições e qualidade na prestação do serviço público postal e, também, evitar os cada vez mais elevados ritmos e sobrecargas de trabalho que estão a potenciar o aumento significativo de doenças e desgaste profissional.

É necessário e urgente, apoiar a luta dos trabalhadores contra as vergonhosas formas de coacção e de assédio moral que continuam a ser práticas recorrentes nos CTT.

Enquanto isso, neste período, os CTT distribuíram muitos milhões de euros pelos seus accionistas – como a família Champalimaud, grandes bancos europeus ou o fundo abutre norte-americano *Blackrock* – confirmando a estratégia de concentrar recursos nos sectores financeiros, com destaque para a aposta no Banco CTT, e assegurar o máximo lucro imediato, mesmo que isso implique a venda de património ao desbarato e o prejuízo das populações.



Com o contrato de concessão a chegar ao fim, o Governo admite voltar a entrar no capital dos CTT. Sendo o PS um dos responsáveis pela maldita privatização, tenta agora remediar o mal com que pactuou, mas tal medida é deveras insuficiente. Tapar os buracos financeiros aos accionistas e encaixar alguns *boy's* ainda sem colocação e sedentos de poder, não é a solução.

Para o PCP, só a recuperação total pelo Estado da propriedade dos CTT é a solução, tendo o Grupo Parlamentar do PCP na Assembleia da República apresentado o Projecto de Lei n.º 70/XIV/1.ª nesse sentido, Projecto de Lei que vai ser discutido no próximo dia 19 de Dezembro.

Excerto da intervenção de Jerónimo de Sousa na Assembleia de República em 10/12/2019
«Os CTT nunca deveriam ter saído da esfera pública e há muito se impunha ter sido revertida a sua privatização»

“Sr. Primeiro-ministro:

Está a terminar o prazo de concessão do Serviço Público Postal. Os CTT foram vendidos pelo Governo PSD/CDS. De então para cá assistimos ao encerramento de estações um pouco por todo o País, à venda de património, à degradação vertiginosa do serviço postal, que chega cada vez mais tarde. Actualmente, para os seus accionistas, mais do que o serviço postal, o que conta é o Banco CTT, esse sim, a galinha dos ovos de ouro desta enorme negociata.

E se trazemos novamente este tema à Assembleia da República, é porque a situação se agravou.

Os CTT nunca deveriam ter saído da esfera pública e há muito se impunha ter sido revertida a sua privatização.

Com o terminar do prazo de concessão urge dar uma resposta ao problema que está criado. Para o Estado português, não basta resgatar ou pôr fim à concessão. Isso seria ficar com a obrigação do serviço, sem o instrumento para o concretizar.

Não! O caminho, terá de passar pela recuperação do controlo público dos CTT, colocando-o ao serviço do Povo e do país.

No próximo ano, os CTT continuarão nas mãos dos grupos económicos privados, dos especuladores e outros, ou passaram para as mãos do Povo português?

O que nos diz sobre este tão importante e premente problema?”



No dia 19 de Dezembro será também discutida e votada no Plenário da Assembleia da República a

**PETIÇÃO DO SNTCT QUE EXIGE A
RENACIONALIZAÇÃO IMEDIATA DOS CTT-CORREIOS**

A Célula do PCP nos Correios – Lisboa saúda aqui a continuada e conseqüente Luta sem tréguas dos Trabalhadores dos CTT, luta encabeçada pelo seu Sindicato de classe, o SNTCT, pela renacionalização total da Empresa.

Aquela Petição, com o número 452/XII/3ª, entregue na Assembleia da República no dia 17 de Janeiro de 2018, espelha a vontade da generalidade dos trabalhadores dos CTT e dos Cidadãos em geral, exigindo o retorno dos CTT ao domínio público como forma de voltarem a estar ao serviço do País, dos Portugueses, propiciadores do desenvolvimento regional e garantes da coesão territorial, só pode, como é óbvio, ser votada favoravelmente pelos deputados do Partido Comunista Português na Assembleia da República.



ADERE AO PCP

Eu, _____ trabalhador(a) da
Empresa _____ desejo ser contactado(a) pela Célula do PCP nos
Correios – Lisboa. O meu contacto telefónico é o nº _____

Envia-nos este cupão pelo Correio para a morada abaixo ou através do Email:

correio@dorl.pcp.pt (Oportunamente serás contactado(a).)

PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS – CÉLULA DO PCP NOS CORREIOS – LISBOA

Avenida da Liberdade, 170 – 1250-146 Lisboa